

INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

14 / FEVEREIRO / 2022

PROMULGADA EMENDA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Da Agência Senado | 10/02/2022, 18h59

Em sessão solene nesta quinta-feira (10), parlamentares destacaram como mérito da proposta o cuidado com a privacidade do cidadão e o aumento de investimentos em tecnologia no país

Jefferson Rudy/Agência Senado

[Leia mais...](#)

TRIBUNAIS LIVRAM EMPRESAS NO PAT DE LIMITAÇÃO NA DEDUÇÃO DE IR

Liminares permitem desconto por quem paga vale-refeição e alimentação

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia mais...](#)

MENDONÇA PODE VOTAR NAS AÇÕES EM QUE ATUOU

Presidente do STF, Luiz Fux disse que há precedente para que ministro da Corte se pronuncie nos casos em que atuou quando à frente da AGU

Por Isadora Peron — De Brasília

[Leia mais...](#)

STF VAI RECOMEÇAR JULGAMENTO SOBRE IR NA PENSÃO ALIMENTÍCIA

Maioria dos ministros da Corte já havia votado contra a incidência do imposto

Por Beatriz Olivon e Adriana Aguiar — De Brasília e São Paulo

[Leia mais...](#)

DECISÕES DA CORTE VALIDAM 'PEJOTIZAÇÃO'

Ministros do STF vêm entendendo que a prática é uma forma de terceirização lícita

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia mais...](#)

PGFN LEVA AO STF “CORRIDA DE CONTRIBUINTES” PARA EXCLUSÃO DO IR E DA CSLL SOBRE A SELIC

Fazenda pede que a Corte limite os efeitos da decisão sobre o tema

Por Beatriz Olivon

[Leia mais...](#)

STF BARRA ANÁLISE SOBRE COMPENSAÇÃO DE ESTIMATIVA DE IRPJ

Com a vedação da ferramenta, empresa só poderá ficar quites com o Fisco usando dinheiro

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia mais...](#)

CONTRIBUINTE VENCE NO CARF DISPUTA SOBRE ÁGIO

Conselheiros decidiram que laudo não precisa ser anterior à operação que gera o ágio para ele ser amortizado

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia mais...](#)

OI X FAZENDA

POR VOTO DE QUALIDADE, CARF PROÍBE DEDUÇÃO DE ÁGIO DA BASE DA CSSL

Por ter origem em uma declaração de compensação, não foi possível aplicar o desempate pró-contribuinte nessa questão

MARIANA RIBAS

[Leia mais...](#)

SANTANDER X FAZENDA

CARF DECIDE QUE JCP RESULTANTE DE INCORPORAÇÃO LINHA A LINHA É DEDUTÍVEL

É a primeira vez que o conselho discute o tema; Questão foi decidida pelo desempate pró-contribuinte

MARIANA RIBAS

[Leia mais...](#)

ITCMD

MORAES PROPÕE QUE AÇÕES SOBRE ITCMD PRODUZAM EFEITOS A PARTIR DE ABRIL DE 2021

Magistrado apresentou voto em 14 ações que discutem ITCMD sobre doações e heranças no exterior

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais...](#)

DECISÃO

14/02/2022 08:20

ALTERAÇÃO EM PRIVILÉGIO DE AÇÕES PREFERENCIAIS EXIGE MUDANÇA NO ESTATUTO DA COMPANHIA

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve acórdão de segunda instância que negou o pedido de um banco para receber os dividendos mínimos a que teria direito em razão de suas ações preferenciais no capital de outra empresa, mas que não foram distribuídos porque a assembleia geral dos acionistas optou pela retenção de lucros para formação de reservas.

[Leia mais...](#)

CONTRIBUINTE ATENTO

ADI SOB RELATORIA DE ALEXANDRE DEFINE SE DIFAL PODE SER COBRADO EM 2022

Por José Higídio

A polêmica sobre a cobrança do diferencial de alíquota (Difal) do ICMS em 2022 já foi levada ao Supremo Tribunal Federal por meio de duas ações diretas de constitucionalidade, que estão sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes. No julgamento do último ano que definiu a necessidade de lei complementar para a cobrança do imposto, Alexandre ficou vencido, com o entendimento de que não se tratava de um novo tributo. Com isso, os contribuintes monitoram se a análise das novas ADIs pode prejudicá-los.

[Leia mais...](#)

NOVENTENA

GOVERNO DE MINAS GERAIS AVISA QUE COBRARÁ DIFAL DO ICMS A PARTIR DE ABRIL

Contribuintes defendem que recolhimento do imposto interestadual deveria ocorrer apenas a partir de 2023

LETÍCIA PAIVA

[Leia mais...](#)

COMÉRCIO EXTERIOR

DECISÕES PERMITEM LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS SEM DESPACHANTE ADUANEIRO

Especialistas apontam, no entanto, necessidade de regulação com regras, sanções e fiscalização

MARIANA BRANCO

[Leia mais...](#)

LEGALIDADE TRIBUTÁRIA

TRF3: CRUZEIRO INTERNACIONAL DEVE PAGAR TRIBUTOS SOBRE OPERAÇÕES FEITAS NO BRASIL

O colegiado considerou que os cruzeiros estão sujeitos à incidência tributária, pois navegam em águas brasileiras

ARTHUR GUIMARÃES

[Leia mais...](#)

NORMA

CVM PROMOVE ALTERAÇÃO PONTUAL NAS NORMAS DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Objetivo é conferir maior previsibilidade aos prazos para a prática de atos administrativos a cargo da Autarquia

Compartilhe: [Compartilhe por Facebook](#) [Compartilhe por Twitter](#) [link para Copiar](#) para área de transferência

Publicado em 10/02/2022 12h00

[Leia mais...](#)

NOVO ENTENDIMENTO

STF ESTABELECE NOVOS CRITÉRIOS PARA DECRETAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA

O colegiado do Supremo Tribunal Federal fixou critérios mais rígidos para a decretação da prisão temporária. O novo entendimento foi provocado por duas ações de diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pelo PTB e pelo PSL respectivamente contra a lei 7.960/89, que disciplina a prisão temporária.

[Leia mais...](#)

COBRANÇA DO IPVA EM ESTADO DIVERSO DA SEDE DA LOCADORA É TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL

Locadora alega que estado de São Paulo invade competência de outras unidades da federação e institui bitributação

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)